

O NÓ DA QUESTÃO: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público¹

Écio Antônio Portes

Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei e do Programa de Pós-Graduação Processos Sócioeducativos e Práticas Escolares

Letícia Pereira de Sousa

Pedagoga e aluna do Mestrado no Programa de Pós-Graduação Processos Sócioeducativos e Práticas Escolares UFSJ

Introdução

O nosso propósito maior aqui é o de chamar a atenção para a questão da presença e da permanência de estudantes pobres no ensino superior público, tomando como objeto de discussão, casos específicos, mas de qualquer forma ilustrativos, considerando a raridade dos mesmos, como precisaremos a seguir. Esperamos que vocês não se frustrem muito se não aprofundarmos a questão como ela merece.

O nosso envolvimento com as questões associadas e relacionadas aos pobres e os diferentes destinos escolares que eles vêm produzindo é de longa data. Mas, sobretudo, o nosso olhar se repousa, seja no passado ou no presente, sobre estudantes pobres que romperam as barreiras (sociais, econômicas, culturais e psicológicas) interpostas entre eles e a universidade pública. Se quiserem, ocupamo-nos, com os estudantes pobres que obtiveram um certo sucesso escolar. ressaltando os limites do termo. Isto posto, ocupamo-nos, ainda,

- com as trajetórias e as estratégias escolares e a vida universitária de estudantes pobres;
- com as dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público;
- com as trajetórias e as estratégias escolares e sociais de estudantes negros no século XIX e XX, aqui nos referimos ao caso do professor negro José Rubino de Oliveira, que após dez tentativas conseguiu ser aprovado para os quadros da Academia Jurídica do Largo de São Francisco em São Paulo, e do pardo Raymundo Augusto Maia, filho de lavrador itabirano, que estudou na

¹ Texto apresentado no Seminário “10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios. 21 e 22 de novembro de 2012 – UERJ. Realização Flacso do Brasil e GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil.

Faculdade de Direito da UFMG de 30 a 35 e foi adotado pela Caixa dos Estudantes Pobres na sua luta pela permanência;

- com a construção de um aparato assistencial para a permanência de estudantes pobres na UFMG;

- com o trabalho escolar das famílias populares urbanas e rurais; e, por último, desenvolvemos uma pesquisa que analisa as propostas de ações afirmativas e a construção de um aparato que pudesse favorecer a permanência dos estudantes que delas se beneficiam nos ordenamentos das universidades federais.

Notas iniciais sobre os pobres no Ensino Superior

Nos últimos anos temos vivido entre manifestações exultantes e alarmistas acerca da forte ampliação da presença de jovens no ensino superior, seja ele público ou privado, presencial ou a distância, provocada por uma série de políticas públicas que vão do ProUni ao Reuni, da UAB ao FIES, seguidas pelas ações afirmativas reafirmadas em leis. Esse conjunto de ações tem modificado amplamente o cenário de uma universidade “mesocrática” que tínhamos nos finais dos anos 2000. Contudo, a discussão sobre a entrada e a permanência de estudantes das camadas populares, e dentre eles os negros, no Ensino Superior não é recente, nem se inicia com a emergente democratização do acesso ao ensino superior, como pode ser observado no estudo de Écio Antônio Portes (2001).

Vale a pena ressaltar que os dados levantados nesse estudo revelam também a presença de negros matriculados na Academia de São Paulo antes da Lei do Ventre Livre (1871) e anteriores à Abolição (1888), como foi o caso de Otávio Pereira da Cunha, João Tomás de Araújo, Luiz Gama, José Fernandes Coelho e José Rubino de Oliveira. Mas a permanência desses estudantes nas referidas Academias era, nos dizeres de Portes (2001, p.51), “uma aventura solitária do ponto de vista institucional”, pois na documentação analisada nada foi encontrado que indicasse uma preocupação institucional com a permanência dos estudantes pobres que romperam as barreiras colocadas pelo sistema e ingressaram nos cursos de Direito. Por exemplo, do conjunto identificado de estudantes negros, poucos concluíram o curso de

forma regular e se tornaram “figura de proa”, na linguagem de Jacques Le Goff, como José Rubino de Oliveira (PORTES e CRUZ, 2007).

Podemos observar que desde a criação dos cursos superiores, a presença de estudantes pobres e negros se deu à revelia das instituições, ou seja, sem nenhuma ação que facilitasse sua permanência e a conclusão de seus cursos. No máximo recebiam a caridade por parte de estudantes mais abastados, mereciam os favores da igreja ou se dedicavam ao trabalho remunerado. Essas três estratégias poderiam aparecer consorciadas em determinadas configurações, revelando serem interdependentes para que pudessem propiciar melhores resultados àqueles que delas necessitavam. Os estudos sobre a criação da assistência estudantil na UMG ajudam a compreender e aprofundar a questão dos pobres no interior do sistema escolar, no início do século XX, como veremos.

O surgimento da primeira estrutura de assistência estudantil na educação superior mineira data de 1927, com a criação da Universidade de Minas Gerais, federalizada em 1949, atual UFMG.

Após a criação da UMG foi escolhido para reitor da instituição o professor Francisco Mendes Pimentel, então diretor da Faculdade Livre de Direito. O desenvolvimento de ações voltadas para a assistência ao estudante “desprovido de fortuna” na UMG, segundo Portes (2001, p.54), deve muito à “maneira com que Mendes Pimentel encarava a pobreza”. Assim, suas ações em favor dos estudantes pobres datam de 1912, com a criação da Fundação Affonso Penna, que tinha por objetivo prestar assistência a estudantes carentes e recebia mensalmente uma quantia em dinheiro doada do próprio bolso por Mendes Pimentel.

Já na reitoria da UMG (1927-1930), Mendes Pimentel promoveu e incentivou a criação de instituições que tivessem por objetivo auxiliar os estudantes pobres. Dessa forma, podemos perceber que a assistência estudantil começa a ser desenvolvida não por uma iniciativa de estado nem por uma preocupação institucional com os estudantes que destoavam do perfil encontrado no ensino superior e necessitavam de auxílio para permanecer nas universidades, mas sim por atitudes individuais baseadas na filantropia e na boa vontade de diferentes indivíduos para com os pobres que se “recomendem pela sua aplicação e inteligência”.

Em junho de 1930, ainda na gestão do Reitor Mendes Pimentel, é criada na UMG, por iniciativa de estudantes, a *Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos*, que desempenhou importante papel no auxílio aos estudantes necessitados da instituição. Esta Caixa promovia diferentes eventos com o objetivo de arrecadar fundos em benefício dos estudantes. Apesar dos poucos recursos disponibilizados pela UMG, a partir da documentação analisada por mim em 2001, foi possível identificar que 281 estudantes procuraram pelo auxílio da Caixa; destes, 94 foram contemplados com os benefícios, dentre eles, Raymundo Augusto Maia. Contudo, a partir de 1935, a demanda cai drasticamente, revelando um desgaste da forma de arrecadação de fundos e o esvaziamento da Caixa. Com o fim dela, são estabelecidos em 1936 os Estatutos da Assistência aos Universitários "Mendes Pimentel", sendo o professor Baeta Viana nomeado para sua presidência. Em 1953, a Assistência encerra suas atividades, que serão retomadas em 1960 com novas propostas assistenciais.

Para Portes, a assistência oferecida pela *Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos* "desobrigava" a universidade de implantar uma assistência efetiva. Vale ressaltar que, apesar de não serem institucionalizadas, as atividades da Caixa funcionavam como uma "política" de governo para a época. O fim da Caixa "mostrou ainda aos implantadores e reformadores da assistência ao estudante pobre que a organização de um aparelho destinado à assistência deveria guardar fortes ligações institucionais, como forma de garantir a sobrevivência e regularidade de suas ações" (PORTES, 2003, p.37).

Em um período em que ingressar, permanecer e ter um diploma de curso superior era comum apenas às elites do País a Universidade de Minas Gerais foi pioneira no desenvolvimento de um projeto institucional de assistência estudantil. A atual UFMG é herdeira de uma história de assistência aos estudantes "necessitados", promovendo sua permanência no Ensino Superior, ainda que baseada nos conceitos de filantropia e não de direito social. Atualmente, a assistência estudantil destinada aos estudantes de baixa renda na UFMG é desenvolvida pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP), em uma clara homenagem ao primeiro reitor da UMG, marcadamente preocupado e ativo nas iniciativas para com a assistência aos estudantes pobres.

Segundo Michely de Lima Ferreira Vargas (2008a), a FUMP tinha como principal fonte de renda para realização de seus programas o pagamento semestral de uma taxa pelos estudantes da UFMG, no ato da matrícula. Essa subvenção era repassada pela universidade à Fundação que, junto com doações de pessoas físicas e jurídicas, se consorciavam com as quantias advindas do exame do vestibular e do reembolso de fundos distribuídos aos estudantes para compor seu caixa de assistência. Essa prática histórica e solidária por parte dos estudantes que podiam pagar essa subvenção foi recentemente questionada com sucesso na justiça pelo DCE, em nome de uma universidade livre de taxas, para atender a um princípio constitucional.

Acesso é diferente de permanência

As pesquisas da área da Sociologia da Educação que tratam das trajetórias de estudantes das camadas populares que ingressaram em universidades públicas têm mostrado o peso da origem social sobre a trajetória escolar dos sujeitos e as estratégias empreendidas no sentido de poderem viver uma escolarização prolongada. Além disso, tais estudos confirmam a necessidade de instalação de programas de auxílio à permanência após o ingresso na universidade (PIOTTO, 2007; PORTES, 1993; 2001; SOUZA, 2009; SOUZA e SILVA, 2003; VIANNA, 1998; ZAGO, 2007, entre outros).

A esse respeito, Nilma Lino Gomes (2009), ao discutir a implantação de ações afirmativas e ações voltadas para a assistência estudantil, ressalta que a permanência na instituição constitui um desafio para os estudantes das camadas populares que têm acesso ao Ensino Superior público e privado.

A necessária conciliação de trabalho e estudo para determinados sujeitos das camadas populares que ingressaram nas universidades pode impedir que estes estudantes vivam a experiência universitária de forma plena. Reduz a vivência acadêmica a aulas ministradas em horário estabelecido, impossibilitando o envolvimento em atividades extracurriculares oferecidas fora do turno, como palestras, seminários, teatros, a participação em pesquisas de iniciação científica, projetos de extensão e monitoria e até mesmo a participação em conversas desinteressadas mantidas nos espaços de convivência universitária.

Para estudantes oriundos dos estratos mais empobrecidos, abrirem-se as portas da universidade para que eles ingressem nela não é suficiente. É preciso que, através de políticas de assistência estudantil, sejam garantidas melhores condições materiais e culturais. Nesses termos, Gomes (2009) reitera que a permanência bem sucedida vai além do suprimento de condições mínimas de sobrevivência, como alimentação e transporte. É preciso criar condições para o aprendizado de uma segunda língua, para a construção de instrumentais para elaboração de planos de estudo, para a participação em projetos de pesquisa e extensão, ida a congressos e demais eventos acadêmicos. Resumindo, é preciso criar mecanismos que permitam aos estudantes pobres viverem a vida universitária.

Ainda nessa linha de análise, Ana Lúcia de Sousa (2008), ao analisar a trajetória de estudantes indígenas que ingressaram na Universidade Federal de Roraima (UFRR) através do Processo Seletivo Específico para Indígenas (PSEI), verificou que os estudantes apresentavam dificuldades para acompanhar as disciplinas, problemas de leitura e de interpretação e produção de textos acadêmicos. Além disso, problemas de ordem financeira foram mencionados pelos estudantes, como gastos com transporte, alimentação, moradia e aquisição de material didático, circunstâncias também apontadas por aquelas pesquisas efetuadas em Sociologia da Educação aqui mencionadas, identificadas como necessidades periféricas e necessidades intrínsecas ao curso.

Mas as constatações indicam necessidades para além do material, necessidades voltadas para as questões de ordem médica, pedagógica, psicológica, psiquiátrica e social. Já nos anos 90 a FUMP contava com mais de 30 mil prontuários de atendimento pedagógico, psicológico e psiquiátrico de estudantes da UFMG, em uma demonstração clara de que a entrada de jovens provenientes de meios populares na universidade pública produz uma gama enorme de questionamentos atinentes a diversos campos.

Considerando as diferenças de acesso às carreiras, valorização dos diplomas e possibilidades de mobilidade social, Hustana Maria Vargas (2012) desenvolveu um estudo sobre as políticas de permanência na Universidade Federal Fluminense (UFF), no *campus* de Niterói e no interior do estado do Rio de Janeiro. A pesquisadora analisou dois cursos de prestígio social

diferenciados, respectivamente, a Licenciatura em Pedagogia e o Bacharelado em Direito. Os estudantes do curso de Pedagogia foram os que mais solicitaram o auxílio de bolsa na UFF. Dos 720 estudantes que ingressaram entre 2009 e 2010 no curso de Pedagogia, 144 (20%) solicitaram o auxílio. Noutro extremo, dos 750 estudantes do curso de Direito apenas 7 (0,93%) requereram auxílio. Percebemos que, para um grupo de estudantes, a assistência estudantil não representa fator preponderante para sua permanência na instituição, mas em determinados cursos as políticas de permanência são mais que necessárias para possibilitar a conclusão dos mesmos. Mesmo com as crescentes iniciativas para democratização do acesso ao ensino superior, ainda não vencemos as desigualdades entre os próprios cursos no interior da universidade. Assim, os cursos de maior prestígio social e mais procurados, de horário integral, que variam de instituição para instituição, mas que guardam uma cultura comum, como por exemplo, o curso de Medicina, Direito, Odontologia e algumas Engenharias, são extremamente excludentes, concentram estudantes brancos e majoritariamente das classes médias (PORTES, 2001; SANTOS, 2012; TEIXEIRA, 2003; VARGAS, 2008). Esses cursos parecem ter como função a reprodução *ad infinitum* de uma certa classe média que se apoia exatamente no sistema escolar para se manter como tal ou se promover às elites.

Da filantropia ao Direito Social

A questão do acesso e da permanência nas instituições educacionais de sujeitos provenientes das camadas populares há muito deixou de ser uma questão de boa vontade individual, ancorada sobre os princípios da boa ação, da solidariedade e da filantropia. No artigo 206 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, fundada na "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, parágrafo I da CRFB).

A execução política das disposições legais coloca em cena a necessidade de ampliação e a visibilidade da assistência estudantil como política pública capaz de possibilitar a melhoria de condições materiais e culturais dos estudantes, de modo que eles sejam realmente incluídos nas universidades e não meros "excluídos do interior", parafraseando Pierre Bourdieu. Nesses termos, destacamos que a transformação da política de

governo denominada Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em programa de Estado, convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010), pode representar um passo importante para a melhoria das condições reais de permanência dos estudantes que ingressam via ações afirmativas e dos estudantes provenientes das camadas populares, de forma geral. O PNAES pode possibilitar investimentos reais na assistência estudantil das universidades, propiciando melhores condições para a permanência.

O público alvo do PNAES são os estudantes egressos da educação básica da rede pública, com renda familiar *per capita* de, no máximo, um salário mínimo e meio. O PNAES tem por objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. As áreas para efetivação das ações de Assistência Estudantil são I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A ampliação das vagas nas universidades públicas produzida por um conjunto de ações, referidas no início deste texto, introduz novas discussões referentes ao perfil dos estudantes que têm acesso ao Ensino Superior, rediscute o processo seletivo do vestibular, a meritocracia, a ocupação das vagas nos cursos de maior prestígio social, questões sobre preconceito, discriminação e põe em cena o desafio da permanência dos estudantes das camadas populares e egressos de escolas públicas que chegam, muitas vezes, com vazios de saberes na sua formação e que enfrentam diversas dificuldades para permanecer e concluir seus cursos em bons termos. Tomemos como exemplo o caso da UFSJ.

Expansão universitária e Assistência Estudantil na UFSJ

Nos últimos cinco anos, a UFSJ iniciou um efetivo processo de crescimento, resultado de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº. 6.096/2007, da Presidência da República. De três *campi* na cidade de São João del-Rei agora temos seis, em três diferentes cidades do interior. O REUNI é parte das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem como um de seus objetivos proporcionar a expansão do acesso e da permanência na educação superior no País. A UFSJ se caracteriza desde sua implantação por ser uma universidade de “estudantes-trabalhadores”². Apresenta elevados percentuais de estudantes que conciliam trabalho e estudo, resultado da oferta maciça de cursos no período noturno. Nesse sentido, vejamos o que diz o Plano Institucional de Desenvolvimento (PDI) da UFSJ³:

Diferentemente da maioria das universidades públicas brasileiras, a UFSJ sempre ofereceu, majoritariamente, cursos noturnos. Do total de 1.260 alunos ingressantes em 2008, por exemplo, 825 alunos foram admitidos em vagas de cursos noturnos, ou seja, 65% do total. Para efeito de comparação, o número de alunos das universidades mineiras, em 2000, totalizava 47.295 matriculados em cursos diurnos e 12.329 em cursos noturnos, ou seja, 26% (Federais Mineiras em dados, publicação do Fórum das IFES mineiras) (Universidade Federal de São João del-Rei, Plano Institucional de Desenvolvimento – PDI, 2009, p. 57).

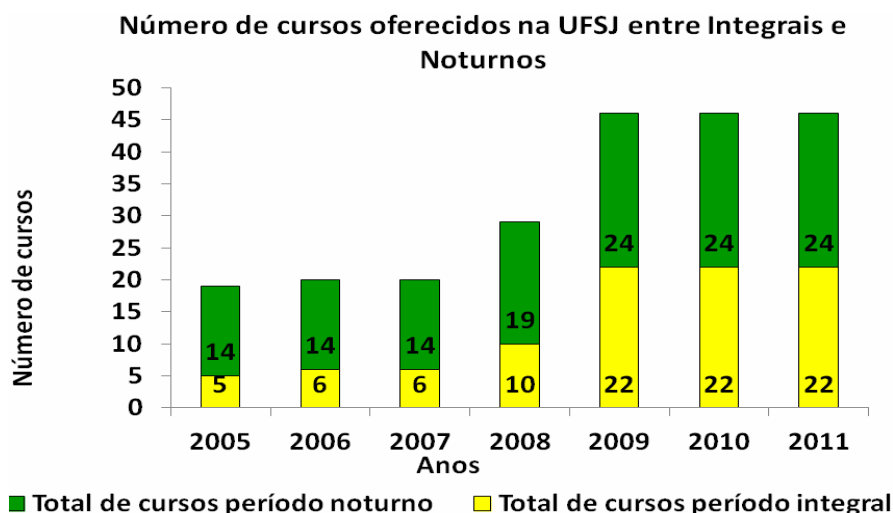
Afirma ainda o PDI que, possivelmente, no cenário descrito acima, a UFSJ era a única universidade pública que oferecia a maioria das vagas no período noturno, possibilitando assim a conciliação de trabalho e estudo ao seu corpo discente.

A UFSJ apresentava desde sua implantação a maioria dos cursos no período noturno e, conseqüentemente, altos índices de trabalhadores-estudantes, a UFSJ se constituía em uma instituição distinta das demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Nesse contexto, enquanto na maioria das universidades o REUNI proporcionou a abertura de cursos no período noturno, na UFSJ o movimento foi ao contrário, os novos cursos foram

² Geraldo Romanelli (2007) classifica os estudantes em três tipos; o *estudante em tempo integral*, que pode dedicar seu tempo exclusivamente aos estudos, pois é mantido integralmente pela família; o *estudante-trabalhador*, que concilia trabalho e estudo, mas é parcialmente mantido pela família; e o *trabalhador-estudante*, que trabalha para manter-se, pois a família não possui condições financeiras de arcar com suas despesas nem de forma parcial.

³ Retirado do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 2009-2018, da Universidade Federal de São João del-Rei, página 57.

criados no período matutino e integral, como pode ser observado no gráfico a seguir.



Fonte: Desenvolvido por Portes e Sousa, 2012, com base nos informativos *UFSJ em números 2005-2011*

De acordo com o gráfico, pode-se observar que a UFSJ enfatizou uma política de aumento de cursos no período integral. Apesar de os cursos noturnos ainda serem a maioria, o crescimento dos cursos no período integral foi expressivo, passando de 5 cursos no ano de 2005 para 22 cursos no ano de 2011. Essas mudanças vão influenciar o perfil dos estudantes da UFSJ.

Entre os anos de 2005 e 2009, os estudantes provenientes de escolas públicas representavam mais de 40% dos discentes. Porém, com a expansão dos cursos diurnos na UFSJ, houve a diminuição do percentual de estudantes provenientes de escola pública aprovados no vestibular nos anos de 2008 e 2009. Então,

A partir de 2008, com a ampliação da oferta de vagas no turno integral e a criação, entre outros, do curso de Medicina, o percentual de ingressantes provenientes de Escola Pública tornou-se menor que 50%. Em função disso, e em consonância com o debate nacional de inclusão social, em 2008 e 2009 a UFSJ promoveu discussões que resultaram na aprovação de sua política de ações afirmativas, conforme Resolução CONSU 022/2009, de 22 de junho de 2009. Estabeleceu-se uma reserva de 50% das vagas de todos os cursos para alunos que cursaram

integralmente o Ensino Fundamental e o Médio em escolas públicas; sobre este percentual, aplica-se um recorte étnico-racial baseado nos percentuais de brancos e orientais e de pardos, pretos e indígenas no Estado de Minas Gerais, conforme último censo do IBGE. A mesma resolução determina a reserva de 10% do total de vagas para os candidatos que optarem pela UFSJ na seleção unificada do ENEM (Universidade Federal de São João del-Rei, Plano Institucional de Desenvolvimento – PDI, 2009, p. 58).

Os dados do *Relatório Geral do Processo Seletivo 2010/1* da UFSJ ⁴ (o primeiro vestibular após a adoção das ações afirmativas na universidade) mostram que 69% dos matriculados cursaram o ensino fundamental integralmente em escolas públicas, bem como 63% afirmaram terem cursado o ensino médio integralmente na rede pública de ensino. O aumento ocorrido no percentual de estudantes provenientes de escolas públicas no ano de 2010 relaciona-se diretamente com a implantação de ações afirmativas em benefício dos estudantes egressos da rede pública de ensino. O Relatório informa ainda que, no que se refere ao rendimento familiar, 21% dos estudantes provêm de famílias com renda de um a dois salários mínimos e 49%, de famílias com renda de dois a cinco salários. Nesse sentido, as ações e políticas voltadas para a assistência estudantil na UFSJ são de suma importância, pois 1/5 dos estudantes provêm de famílias com baixo rendimento mensal. Se somarmos estes percentuais temos que 70% dos estudantes são provenientes de lares com rendimento mensal de um a cinco salários mínimos. Somado a isso podemos considerar o número de dependentes diretos dessa renda. O relatório mostra que 61% dos estudantes são oriundos de famílias com quatro ou cinco membros dependentes, e 7% possuem famílias com 6 ou 7 membros nesta situação. Diante desse quadro, que ações são voltadas para a assistência estudantil empreendida pela UFSJ? No que se refere à assistência estudantil nas universidades federais do País, Vargas (2008) apresenta em seu trabalho um levantamento feito junto aos *sites* das instituições e verificou que as concepções de assistência variam muito de acordo com cada universidade. Além disso, segundo a autora, os programas

⁴ Relatório Geral de 2010/1 da UFSJ. Construído a partir das informações contidas nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos candidatos ao vestibular e matriculados no ano de 2010. Disponível em www.ufsj.edu.br/copeve/relatorios.php. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

oferecidos se resumem, na maioria das vezes, em oferta de serviços básicos como restaurante universitário e moradia, programas que suprem algumas necessidades materiais, mas não dão acesso à cultura, lazer e saúde.

Nos últimos anos, a UFSJ ampliou os programas destinados aos estudantes das camadas populares, como constam a seguir, identificados na página do Setor de Assistência Estudantil no *site*⁵ da instituição. De acordo com informações acessadas, atualmente a UFSJ conta com programas tais como: *Meio-passe, Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição para o Processo Seletivo, Bolsa Atividade, Monitoria, Pesquisa, Extensão e PET*⁶, *Programa de Auxílio Financeiro para Apresentação de Trabalhos, Programa de Auxílio Financeiro para Participação em Atividades Esportivas, Programa de Auxílio Alimentação, Cadastro de Moradia, Projeto Longe de Casa, Projeto de Atendimento à Saúde Mental, Projeto de Atendimento à Saúde Física, Projeto de Atendimento à Saúde Bucal, Programa Orientações Acadêmicas, Programa SOU UFSJ, Projeto Me Encontre no Intervalo e Monitoria do Inverno Cultural*. Plagiando Adélia Prado, poderíamos dizer que se trata de um “Museu de tudo”.

Essa descrição extensa tem suas finalidades didáticas. Acreditamos que nem todos os programas mencionados no *site* da UFSJ se destinam necessariamente a facilitar a permanência do estudante pobre na instituição, e outros só funcionam por iniciativa de diferentes departamentos da UFSJ e não passam pelo setor de assistência estudantil, como é o caso das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Psicologia com o *Projeto longe de casa* e o *Projeto de Atendimento à Saúde Mental*. Outro exemplo é o *Programa SOU UFSJ*, um cadastro de estudantes que desejam prestar trabalhos voluntários e doações à comunidade acadêmica e externa, que não tem como finalidade “agir, previamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes de insuficiência de condições financeiras dos alunos de graduação da UFSJ”⁷, como apresentado no *site* da instituição. Além desses programas, podemos

⁵ Informações retiradas do *site* da UFSJ, na página da assistência estudantil. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/proex/programas_assistencia.php. Acesso em: 15 de julho de 2012.

⁶ Para fins de esclarecimento sobre a *Bolsa PET*, segundo informações retiradas do *site* da UFSJ, “O Programa Especial de Treinamento (PET) objetiva envolver os estudantes que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos, através da interdisciplinaridade, da atuação coletiva e do planejamento e execução, em grupos sob tutoria, de um programa diversificado de atividades acadêmicas”. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/proex/programas_assistencia.php. Acesso em: 15 de julho de 2012.

⁷ Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/dipac/alunos_assistencia.php. Acesso em: 15 de julho de 2012.

citar ainda o *Projeto Me Encontre no Intervalo*, outro sem fins assistenciais, ou mesmo as bolsas de Monitoria, Pesquisa, Extensão e PET, que não podem ser apresentadas como programas de assistência estudantil, pois não têm nenhum vínculo com este setor e sim com os departamentos dos respectivos cursos. Além disso, é possível notar que na UFSJ o restaurante universitário está em fase final de construção, e os estudantes que não conseguem os *Tickets Alimentação* não têm a opção de fazer suas refeições pagando um preço mais acessível. Ademais, a UFSJ ainda não possui *Moradia Universitária*, também em construção. Moradia e RU figuram em todas as demandas estudantis como fundamentais para a manutenção de estudantes das camadas populares na instituição, uma vez que poderiam suprir necessidades básicas. Nessa perspectiva, podemos dizer que a assistência estudantil da UFSJ ainda é incipiente e precisa se desenvolver em diversos aspectos para cumprir com seus objetivos de auxílio à permanência.

Essa discussão propicia tirar como lição que o espaço da assistência estudantil comporta uma série de discursos e práticas pirotécnicas, sem efeito efetivo aos propósitos da questão da permanência. Temos de ficar alertas e recusar iniciativas desprovidas de conhecimentos teóricos e práticos que se amparam em fundos públicos e são objetos de um proselitismo institucional para efeito de demonstrações alhures.

Considerações parciais

Assim, podemos considerar que as recentes ações de expansão do Ensino Superior, que, segundo Ristoff (2008), não podem ser confundidas com democratização, introduziram novas discussões acerca do acesso e da permanência nas universidades. Ressaltamos que a democratização do acesso aos bancos das universidades deve vir acompanhada da democratização do acesso ao conhecimento e do direito à permanência dos estudantes para que possam concluir seus cursos. Na nossa experiência de pesquisa o conhecimento aparece como o elemento com maior poder de se fazer aceitar, de integração de um estudante ao meio muitas vezes hostil: dizem, “é pobre, mas é foda!”, “é rico, mas é foda!”, “é preto, mais é foda!”, “é feia, mas é foda!”, “é gordo, mas é foda!”, como pudemos ouvir nas nossas pesquisas e durante os 7 anos de atendimento pedagógico de Portes na FUMP.

A ampliação de ações voltadas para a assistência estudantil, iniciada institucionalmente nos anos 30, ainda hoje não se consolidou como política pública no cenário universitário nem se nota um forte movimento social ou mesmo institucional para colocá-las na pauta do dia no mundo das universidades públicas.

Se já é uma realidade a implantação de ações afirmativas em diferentes instituições públicas, como mostram os últimos dados reunidos, de 98 Universidades federais e estaduais, 71 delas, naquele momento, adotavam alguma modalidade de AAs⁸; Ações reforçadas recentemente com a sanção da Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece que “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.”

Temos aqui a garantia de que, pelo menos nos próximos 10 anos, a entrada de jovens provenientes dos meios populares será ampliada nos diferentes cursos. Mas não podemos, também, descartar rearranjos sociais promovidos pelas classes médias, exímias jogadoras e estrategistas no campo da educação. É fácil para uma parcela dessas classes fazer os filhos passarem três anos na escola pública, principalmente em colégios federais, e criar artifícios que acobertem a renda *per capita* da família para poderem participar do novo jogo que se estabelece.

O que preocupa, e muito, aqui nos referindo às universidades federais, é a ausência de ações claras e efetivas implementadas, não artificiosas, nos ordenamentos desse conjunto de universidades (SOUSA E PORTES, 2011). Para além das Ações Afirmativas, as ações de permanência demandam recursos econômicos e conhecimentos teóricos e técnicos, elas não se efetivam discursivamente. Vale lembrar que a lei que estabelece o PNAES é de 2010, tempo suficiente para que as universidades mostrassem que tipo de aparato de assistência elas queriam implantar a serviço de seus estudantes

⁸ Seminário Internacional sobre ação afirmativa: processos, conquistas e desafios – 13 a 15 de junho de 2012, PUC-Rio. Realização do NIREMA - Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente.

mais necessitados. A “Lei de Cotas” vai acelerar esse processo e acirrar as discussões sobre recursos e por recursos. Mas fica aqui uma reflexão: como é que vai se dar a divisão dos recursos destinados à assistência estudantil?⁹ Como é que vai se dar a aplicação dos recursos repassados às universidades pelo PNAES? Como podemos fiscalizar a aplicação desses recursos para que tenhamos certeza de que eles serão aplicados em uma assistência efetiva? Conseguiremos criar mecanismos que democratizam o uso dessas verbas para seus fins precípuos, sem subterfúgios? Sabemos de sobra que no Brasil o uso das verbas públicas acompanha processos que vão para além da probidade necessária.

Ainda no campo das preocupações, plagiando o prof. Paulo Carrano em recente palestra no II Colóquio Internacional do Observatório da Vida Estudantil (OVE), ocorrido em Cachoeira, Bahia, em maio de 2012, ao falar do conceito de juventude como um conceito prancha, em que muitos surfam mas não oferecem a ele a necessária densidade, o risco que corremos e devemos evitar, combater, é que a idéia da permanência se esvazie, perca densidade e se transforme em uma ideia “prancha”. Temos de investir na construção histórica da permanência e agregar a ela construções empíricas e teóricas como vem fazendo um conjunto de pesquisadores da Sociologia da Educação, que se ocupam desde os anos 90 com as condições de vida do estudante pobre em diferentes cursos, principalmente naqueles mais valorizados socialmente e tidos como espaços reservados aos “herdeiros” culturais.

Assim, entendemos a permanência como direito. Direito que todo estudante proveniente dos meios populares que entrou na universidade pública, em seus diferentes cursos e turnos, por quaisquer meios, tem de ter condições materiais, físicas, mentais e culturais que permitam o desenvolvimento de seu aparato cognitivo e cultural que possibilitam o acesso ao conhecimento, mesmo que de forma gradativa, processual, para que ele possa levar adiante o curso no qual ingressou, de forma que possa se sentir

⁹ Veja a propósito as discussões produzidas pelo atual reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Roberto Salles, a propósito da Lei n.º. 12.711 em <http://www1.folha.uol.com.br/pa...aplicacao-da-lei-de-cotas.shtml>, <http://www1.folha.uol.com.br/ed...lei-de-cotas-e-retrocesso.shtml> e <http://oglobo.globo.com/vestibular/reitor-da-uff-reitera-que-nao-vai-aderir-lei-de-cotas-para-2013-6237712>

diferente em função da origem e do pertencimento étnico-racial, mas não discriminado em função do conhecimento que não pode construir por ter vindo de uma escola pública, no seu conjunto, abandonada pelo Estado, por não possuir tempo e condições materiais suficientes para se dedicar à preparação para a vida universitária, para gozá-la na sua plenitude. Entendemos que a assistência estudantil efetiva é contributo à permanência, mas não se confunde com ela. E as disposições individuais do estudante beneficiado por todo um conjunto de ações, a favor de si, na construção do conhecimento constituem elemento significativo para a permanência. Isto quer dizer que a permanência comporta aspectos coletivos e individuais. Trata-se de uma circunstância complexa. A nossa ideia é contribuir para a construção de um conceito de permanência, aberto, que sirva como instrumento de combate.

Outro desafio é construir um aparato de atendimento aos jovens pobres que vêm adentrando nas universidades públicas, para além de um atendimento material. Mas a decisão política de abertura de *campi* por toda parte coloca questões centrais para a assistência estudantil: como construir um aparelho assistencial em cada *campus* universitário, sem duplicar meios para os mesmos fins? É possível cada *campus* ter uma rubrica própria para essa questão? Priorizar determinados espaços não significa discriminar negativamente outros? A história de atendimento da FUMP já demonstrou que esse atendimento passa também pela compreensão dos questionamentos produzidos sobre a saúde física, sobre o atendimento cultural, médico, pedagógico, psicológico, psiquiátrico e social. As questões simbólicas produzidas pelos jovens que vão viver uma situação de “*double bind*” na universidade são tão impeditivas da afiliação universitária quanto às questões materiais. Constrangimentos econômicos e constrangimentos culturais aqui se associam para produzir malefícios. Tomamos afiliação no sentido que Alain Coulon (2008) dá a ela, de aprender-se a se relacionar com colegas, professores, instituição e o conhecimento propriamente dito, a partir da construção de etnométodos, que permitem ao sujeito tornar-se membro de uma comunidade. Estudos mostram que o trabalho pedagógico e psicológico com jovens universitários é dos mais difíceis que se possa imaginar: requer um extremo profissionalismo e rejeita qualquer tipo de amadorismo que produza estigmas (PORTES e BRANT, 1997).

Precisamos ter clareza de que o conjunto de estudantes que adentrarão no ensino superior público, em seus diversos cursos, enfrentará preconceitos e resistências por parte de professores que, faz tempos, vêm trabalhando com um estudante médio. A meritocracia será a bandeira mais agitada em defesa de uma “universidade de qualidade”, “científica” e “universalista”, para que o “nível” não caia. Pensamos que é preciso tomar o mérito como um processo de construção, temos de desnaturalizá-lo. Principalmente nos cursos que se alocam nas ciências de núcleo duro e da Saúde. As humanidades há muito lidam com os jovens das camadas populares nas universidades públicas. Os professores que aí trabalham já construíram um *modus operandi* junto os estudantes provenientes dos meios populares. As resistências serão maiores nos cursos reservados aos herdeiros culturais. Podemos esperar por esse enfrentamento. Mas, por outro lado, se o perfil dos estudantes vem mudando muito rapidamente, o perfil dos docentes também mudou muito e nos leva a reproduzir aqui uma questão fulcral colocado por Alain Coulon (2008, p.25): “resta ainda muito caminho a percorrer para que cada um esteja convencido da necessidade de ser formado para o difícil ofício de professor-pesquisador do ensino superior”. Existe um medo institucional de enfrentar essa questão.

Outros desafios certamente aparecerão e os estudos empíricos cuidarão de colocá-los em cena. O risco real que corremos é ver um fenômeno novo, vigoroso, que se pronuncia revolucionário na História da Educação do Brasil, entrar para a história como mais uma ação compensatória que não deu certo por culpa dos próprios sujeitos beneficiados pela ação, que não se empenharam suficientemente para que ela desse certo etc., embora saibamos que a história não se repete, a não ser como farsa, nos ensinamentos do próprio Karl Marx.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de agosto. 2012.

COULON, Alain. *A condição de estudante*. A entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008

GOMES, Nilma Lino. Para além de bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). *Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais, o contexto Pós – DURBAN*. São Carlos: UdUFSCar, 2009.

PIOTTO, D. C. *As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. (Tese de Doutorado).

PORTES, Écio Antônio; BRANT, Luis Carlos Carneiro. *O trabalho pedagógico e psicológico com universitários da UFMG: a busca da construção do sujeito*. *Comunicações*, Piracicaba- SP, v. 4, n.2, p. 31-42, 1997.

_____. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG – um estudo a partir de cinco casos*. 2001. Doutorado (Educação)-Faculdade de Educação, Belo Horizonte Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

_____. A caixa dos pobres – a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais (UMG): 1932-1935. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, n. 2, jan./dez. 2003, p. 29-38.

_____. ; CRUZ, Ricardo Alexandre da . Trajetórias e estratégias sociais e escolares do pardo José Rubino de Oliveira (1837-1891): da selaria em Sorocaba às arcadas jurídicas do largo de São Francisco, São Paulo.. in: Lucia Helena Pena Pereira, Wanderlei Cardoso de Oliveira. (orgs.). *Práticas educativas: discursos e produção de saberes*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007, v. , p. 147-169.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Maurluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.39-50.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização dos filhos. O estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família e escola*. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2007. p.100-123.

SANTOS, Valéria de Oliveira. *A longa espera: a entrada tardia de estudantes das classes médias no curso de Medicina da UFSJ*. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei: Dissertação de Mestrado, 2012.

SOUSA, Ana Lúcia de. Indígenas na Universidade: Resistindo ao Preconceito. In: REPETTO, Maxim; NEVES, Leandro Roberto; FERNANDES, Maria Luiza (Orgs.). *Universidade inconclusa: os desafios da desigualdade*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SOUSA, Letícia Pereira de; PORTES, Écio Antônio. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, n. 232, set./dez, 2011.

SOUZA, Maria do Socorro Neri. M. *Do Seringal à Universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior*. Belo Horizonte-MG. 2009. (Tese de Doutorado).

SOUZA e SILVA, J. de. *Por que uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

TEIXEIRA, Moema De Poli. *Negros e Universidade: Identidade e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

VARGAS, Hustana Maria. Políticas de permanência na Universidade Federal Fluminense: um estudo sob a perspectiva das carreiras e da interiorização. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de e SILVA, Maria das Graças Martins da (Orgs.). *As políticas de democratização da educação superior nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso: produção de pesquisas e questões para o debate*. Cuiabá: Editora da UFMT, no prelo.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino Superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2008a.

VIANA, M. J. B. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidades*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998.(Tese de Doutorado).

VIANA, Maria José Braga. Longevidade escolar em famílias de camadas populares – algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família e escola*. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 45-60.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ ago 2006.